

30 anos esta noite: velhos e novos desafios à democracia no Brasil

*30 Years Tonight: Old and New Challenges
to Democracy in Brazil*

Fernando Lattman-Weltman*

Resumo

A atual crise da democracia apresenta semelhanças preocupantes com o passado – em especial o período de ascensão do fascismo entre as duas grandes guerras –, mas é preciso atentar para as especificidades que o processo vem assumindo hoje. Estas especificidades são exemplificadas aqui com base no contexto da experiência brasileira das últimas três décadas, e tendo como marco a Constituição de 1988.

Palavras-chave:

Democracia. Crise. Brasil.

Abstract

The current crisis of democracy presents worrying similarities with the past – especially the period of fascism’s rise between the two great wars – but we must also pay attention to the specificities that the process is assuming on today. These specificities are exemplified here based on the context of the Brazilian political experience of the last three decades, within the framework of the country’s 1988’s Constitution.

Keywords:

Democracy. Crisis. Brazil.

* Doutor em Ciência Política, professor e pesquisador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Autor, entre outros livros, de *A política domesticada: Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964*. E-mail: <flwnyc@me.com>.

Crise da democracia, ou democratização da crise?

O desafio teórico e conceitual colocado pelo processo atual de radicalização política e avanço global de novas formas de fascismo não é pequeno. Mas guardadas as devidas diferenças e especificidades históricas, não parece ser essencialmente distinto do que o enfrentado há quase cem anos pelos cientistas sociais, diante do contexto emergente entre as duas grandes guerras mundiais. Retomando clássicas lições dos primórdios da sociologia política, acreditamos que são nas próprias contradições da democratização que se inserem e se desenvolvem algumas das maiores ameaças à democracia, na medida em que não somente avanços democráticos de longo prazo tendem a equalizar condições de vida, em especial no que diz respeito a direitos civis e políticos – quando não, também, direitos sociais¹ –, mas acima de tudo tendem também, por força de seu próprio eventual sucesso e incorporação cultural e ideológica, a ampliar a magnitude e o escopo das demandas e expectativas por direitos e resultados governamentais concretos, junto aos eleitorados que criam e reproduzem. Demandas e expectativas essas que, contudo, muitas vezes tais democracias não são capazes de atender, gerando insatisfação e deslegitimação de suas instituições.

No mesmo diapasão, ou sentido, as liberdades democráticas liberam forças e facções que dinamizam a competição política – e eventualmente favorecem equilíbrios de poder² – ao mesmo tempo em que podem também ampliar os custos da própria competição política, chegando mesmo a desestabilizar o sistema e a ameaçar direitos fundamentais. Quer dizer, na medida em que regras e limites institucionais à competição deixam de ser respeitados e surjam ameaças às chamadas garantias mútuas de competição – o eixo de institucionalização da poliarquia, segundo Dahl –,³ de modos que vencedores (ou maiorias) não obtenham o reconhecimento e a devida aquiescência por suas vitórias políticas e eleitorais, e/ou os perdedores (minorias) passem a ser perseguidos e manietados em seu papel opositor, e em suas justas oportunidades de competição eleitoral futura. Chegando-se afinal ao ponto de desequilíbrio poliárquico quando, conforme a expressão do

¹ Sobre as contradições inerentes à democracia moderna, a referência clássica é Tocqueville (TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril, 1980). Sobre a evolução dos direitos civis, políticos e sociais, ver MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

² A melhor e mais clássica formulação moderna dos equilíbrios institucionais de poder creio que ainda se encontra nos *ARTIGOS FEDERALISTAS, 1787-1788*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

³ DAHL, Robert. A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 2005.

autor, os custos de tolerância entre adversários políticos passam a superar os de supressão mútua.

Finalmente, o autêntico monopólio da violência legítima que caracteriza modernamente o Estado⁴ pode, ao contrário, se mostrar particular e paradoxalmente eficaz (e de certo modo opressivo) também em regimes democráticos, sem, no entanto, eliminar – pelo contrário, tendendo mesmo a favorecer – bolsões de exclusão política que, em sua relativa impotência diante do Leviatã, se voltam justamente contra as bases de tal monopólio, em desafio à ordem, à segurança e à previsibilidade das instituições.⁵

Se estas são contradições possivelmente inerentes à democracia moderna, é claro também que é preciso ter em conta as grandes diferenças históricas que separam nosso contexto atual do de cem anos atrás, quando do explosivo surgimento do fascismo. Aquela foi uma quadra particularmente complexa e problemática, marcada pelo impacto devastador da Primeira Grande Guerra, pelas expectativas, ou ameaças, recém-representadas pelo advento da revolução soviética de 1917, e as perspectivas que se abriam para a luta de classes em todo o planeta, aos quais se seguiu, dez anos depois, a Grande Depressão. Processos que levaram às críticas devastadoras dos liberalismos – tanto o econômico,⁶ quanto o político –⁷ em surtos intensos de nacionalismos, protecionismos, xenofobia e racismo, de par com a massificação da comunicação através do rádio e do avanço das técnicas de propaganda⁸ e, com eles, o novo surto carismático, a ideologização e a mobilização das massas em torno de soluções extremas e promessas idem.

Mas o que exatamente se quer nomear quando se recorre a um conceito tão complexo e polêmico como “fascismo”?

Uma definição precisa do fenômeno nos é fornecida pela exaustiva pesquisa histórica, sociológica e conceitual de Juan Linz:⁹

Definimos fascismo como um movimento hipernacionalista, frequentemente pan-nacionalista, antiparlamentar, antiliberal, anticomunista, populista e, portanto, anti-proletário, parcialmente anticapitalista e antiburguês, anticlerical, ou ao menos não clerical, almejando uma integração social

⁴ WEBER, Max. A política como vocação. In: GERTH, H.; MILLS, C. Wright (Org.). *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

⁵ Ver FURET, François. *Terrorisme et démocratie*. Paris: Fayard, 1985.

⁶ POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

⁷ SCHMITT, Carl. *A crise da democracia parlamentar*. São Paulo: Scritta, 1996.

⁸ LIPPMAN, Walter. *Public opinion*. New York: Free Press, 1997.

⁹ LINZ, Juan. Some notes toward a comparative study of fascism in sociological historical perspective. In: LAQUEUR, W. (Ed.). *Fascism: a reader's guide*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1976.

nacional através de um único partido e representação corporativa, nem sempre igualmente enfatizadas; com um distintivo estilo e retórica, ele se apoia em quadros de ativistas prontos para a ação violenta combinada com participação eleitoral, para a conquista do poder com metas totalitárias, através de uma combinação de táticas legais e violentas.¹⁰

Com certeza essa definição se mostra mais perfeitamente adequada para dar conta da grande diversidade de movimentos do gênero, surgidos no período entre-guerras, inicialmente na Europa, mas não apenas lá.

Mas o ponto fundamental da definição de Linz se caracteriza por enfatizar a negatividade básica do fascismo – sua motivação essencialmente reativa e contrária a determinados fenômenos democráticos modernos – que, no entanto, pode assumir uma forma positiva, propositiva, tanto ideológica quanto institucionalmente, a partir de tal negatividade congênita e virulenta:

O fascismo é um anti-movimento; ele define a si mesmo pelos objetos aos quais se contrapõe; mas na mente de seus ideólogos essa antítese deve conduzir a uma nova síntese que pode integrar elementos dos credos políticos que eles atacam tão violentamente.¹¹

Ao menos em sua forma histórica original na primeira metade do Século XX, o fascismo não apenas se afirmou negativamente como “antimovimento”, mas também se desenvolveu como alternativa ideológica e institucional concreta e específica (apresentando, é claro, características, duração e desempenhos muito distintos, de um contexto nacional específico para outro). Como veremos adiante, é justamente esse desenvolvimento, ou se quiser, essa dialética entre negatividade e positividade do fascismo original o que parece diferenciá-lo mais claramente de suas formas atuais.

Invertendo, porém, o nosso foco histórico, é digno de nota que em seu monumental esforço de síntese do que chamou de “breve século XX” (de 1914 a 1991), Hobsbawm se perguntou como foi possível a algumas democracias liberais resistir ao turbilhão de forças antiliberais deflagrado no período entre guerras, elencando quatro condições básicas cuja presença ou ausência poderiam decidir então o destino entre sobrevivência ou colapso da democracia. Já que, segundo ele,

No fundo, a política liberal era vulnerável porque sua forma de governo característica, a democracia representativa, em geral não era uma maneira convincente de governar estados, e as condições da Era da Catástrofe [1914-

¹⁰ LINZ, Juan, op. cit., p. 12-13, tradução nossa.

¹¹ LINZ, Juan, op. cit., p. 15, tradução nossa.

1945] raramente asseguraram as condições que a tornavam viável, quanto mais eficaz.¹²

E quais eram essas condições? Segundo o autor, as quatro variáveis necessárias à sobrevivência da democracia liberal no entre guerras, eram as seguintes: 1) *consentimento e legitimidade*: ou seja, aquiescência e aceitação dos resultados das disputas políticas e eleitorais, tal como institucionalizadas, de par com a noção de que as regras comuns do jogo são fundamentalmente equânimes e respeitadas. Hobsbawm não elabora teoricamente tais conceitos na obra em questão; mas como enfatiza a durabilidade e a continuidade – através dos contra-exemplos das jovens democracias europeias criadas após o colapso de impérios no fim da Primeira Guerra – creio que a ênfase da teoria, nesse caso, deva ser colocada justamente sobre a noção de “institucionalização”: algo que tanto remete ao tempo necessário, quanto à constância de relativo bom funcionamento de tais regras do jogo; 2) *compatibilidade “nacional” interna*: aqui o autor reitera a noção tradicional de que fortes e segregadas divisões étnicas, religiosas, ou mais amplamente falando, polarizações ideológicas intensas e mutuamente excludentes, não tenderiam a favorecer a manutenção e o aperfeiçoamento de regimes de livre organização e competição políticas democráticas (novamente, o contra-exemplo mobilizado pelo autor, são os vários novos – e frágeis – regimes democráticos – muitos deles multinacionais – advindos dos colapsos imperiais do pós-guerra); 3) *limites da ação governamental*: tal como sugerimos acima, Hobsbawm parece endossar a importância do que poderíamos caracterizar como baixa inflação de demandas por ação governamental, que, de certo modo, teria beneficiado a estabilidade comparativa do velho Estado liberal “guarda noturno” do Século XIX, em detrimento da nova realidade de crescente intervencionismo e ampliação do fardo e das expectativas que passaram a onerar as administrações públicas no período em questão; 4) *níveis razoáveis de prosperidade*: este é um pressuposto clássico acerca de condições econômicas praticamente *sine qua nom* que interferem direta e duplamente sobre os graus de tensão inter-classes e grupos sociais e sobre os níveis de pressão a que está sujeito todo e qualquer governo; e para além da luta de classes estrutural e das flutuações macroeconômicas usuais, o período analisado foi marcado inapelavelmente pela depressão do pós-1929.

Assim, no dizer de Hobsbawm, conforme as variáveis elencadas e aplicadas ao período crítico dos anos 1920 e 1930,

¹² HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 140.

Nessas condições, a democracia tornava-se mais um mecanismo para formalizar divisões entre grupos inconciliáveis que qualquer outra coisa. Muitas vezes, mesmo nas melhores circunstâncias, não produzia nenhuma base estável para um governo democrático[...]¹³

Ora, se a teoria esboçada a partir de tais variáveis está correta, as perspectivas não são hoje mesmo muito boas para a democracia. Senão vejamos:

Começando então com a primeira variável – a do consentimento/ legitimidade –, embora um grande número de democracias no planeta hoje já tenha pelo menos trinta ou mais anos de continuidade, e, como tais, desenvolveram suas regras de alocação de poder e processos decisórios, possivelmente todas enfrentam problemas de governabilidade, sua opinião pública se ressentida de déficits de representatividade (sem entrar no mérito de como se poderia, de fato, aferir isso),¹⁴ e todas, ou quase, parecem enfrentar problemas de legitimação de instituições básicas, como governos, parlamentos, partidos, sindicatos e associações tradicionais. Ou seja, não parece haver razões claras junto à maioria dos cidadãos – especialmente os menos afortunados pela loteria socioeconômica – para que se prefira entusiasticamente tais instituições a outras, menos democráticas, ou que se nutra grandes expectativas com relação às primeiras.

Por outro lado, se clivagens raciais, étnicas e/ou religiosas sempre foram fontes de tensão – quando não de conflitos – em contextos nacionais internamente diversificados, hoje, além destas diferenças, outras parecem se afirmar com força e capacidade disruptiva, baseadas em estilos de vida, comportamento sexual, afirmação de demandas diversas por reconhecimento, etc., e é claro também, que muitas vezes tais fronteiras intergrupais se cruzam e se interpenetram. De modo similar – em termos de divisões e alinhamentos tensos – não se pode esquecer, é claro, das novas e antigas formas da velha “luta de classes”, particularmente acirradas, ou redivivas, por conta da chamada globalização, e das novas ofensivas reformistas e propagandísticas do neoliberalismo (de modos que até os comunistas, que imaginávamos próximos da extinção após 1989, parecem ter ressuscitado; só não se sabe se por conta própria, ou, muito mais, por evocação paranóica da nova extrema direita).

Quanto aos limites da ação governamental, as tendências apontadas por Hobsbawm em sua “era catastrófica” parecem ter se acentuado, e aqui o paradoxo é achapante: ao mesmo tempo em que

¹³ HOBSBAWM, Eric, op. cit., p. 142.

¹⁴ LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Mídia e democracia: indeterminação e representatividade da representação. *Revista Compolitica*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 27-58, 2014.

se encontram cada vez mais desprestigiados e indignos de confiança – quando não simplesmente manietados ou inviabilizados por conta da globalização, das suas contradições, e da vigilância frequentemente despropositada ou desproporcional dos ditos “controles democráticos” contemporâneos – os governos seguem tendo de responder por todo o tipo de demanda e problema. Isso se deve não somente ao avanço da intervenção governamental (via *welfare state*, ou, mais recentemente, em função dos desastres da desregulação neoliberal de fins do século passado), mas ao aumento da demanda via democratização efetiva (como já sugerimos acima).

Finalmente, no que se refere aos níveis razoáveis de prosperidade, nenhuma surpresa aqui. Como já previsto pelas teorias de modernização política,¹⁵ e, mais recentemente por autores como Adam Przeworski,¹⁶ abaixo de determinado patamar de renda per capita, tornam-se precárias as perspectivas de estabilidade democrática (com a possível exceção da Índia) em função dos custos relativamente elevados de conflitos redistributivos em tais circunstâncias.

De fato, há que se preocupar e muito. Principalmente se não esquecermos velhas lições da História.

Mas o que talvez ainda possa preservar no essencial a maioria dos regimes democráticos de hoje – pelo menos do ponto de vista formal de manutenção, mesmo que precária ou insatisfatória, de seus marcos institucionais fundamentais (como parece ser o caso do Brasil, hoje) – é o fato de que, como diriam Linz e Stepan,¹⁷ pode não haver nenhum jogo alternativo a ser jogado na *polis*, que não o velho e menosprezado jogo democrático. Ou seja, ao contrário do que sucedeu há cerca de um século, no contexto da crise terminal do liberalismo econômico clássico e de sua democracia liberal – quando pelo menos duas alternativas antiliberais se apresentaram com força: o comunismo soviético, de um lado, e o fascismo, do outro – hoje as alternativas disponíveis não parecem capazes de mobilizar apoios ou entusiasmos. Quer se trate do modelo chinês, seja do que resta das experiências do “socialismo real”, ou velhas e (aparentemente) novas ditaduras militares (tais como as que seguem vigorando no mundo árabe, na Ásia e na África), ou “novidades” como a teocracia iraniana, ou ainda versões contemporâneas de antigos califados; e sem falar do novo tipo de czarismo russo, da última versão de algo que

¹⁵ PYE, Lucien. *Communications and political development*. Princeton (NJ): Princeton University Press, 1963.

¹⁶ PRZEWORSKI, Adam. Self-enforcing democracy. In: WITMAN, D.; WEINGAST, B. (Ed.). *Oxford handbook of political economy*. New York: Oxford University Press, 2006.

¹⁷ LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. *Problems of democratic transition and consolidation*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1996.

lembra o antigo sultanato turco, ou de monarquias resistentes, etc. O que talvez se observe de modo mais conspícuo são apostas e debates, *grosso modo* internos ao campo das democracias, sobre formas de governo, sistemas eleitorais e/ou partidários, ou, de modo menos técnico, talvez – mas certamente mais profusa e confusamente –, sobre mecanismos mais ou menos alternativos de “democratização da democracia”, inovações participativas, ou mais “diretas”, etc.¹⁸ De qualquer modo, não me parece que a palavra “entusiasmo” possa ser aplicada aqui convincentemente para caracterizar o modo como tais mudanças são hoje defendidas. Pelo menos, não como as alternativas radicais à democracia liberal foram capazes de mobilizar há cem anos. Com efeito, talvez seja exatamente por não terem nenhuma proposta concreta alternativa de organização política que as atuais manifestações de caráter ou estilo fascista também não aparentem maior consistência ideológica. Principalmente se comparadas às suas antecessoras de um século atrás.

De modos que em grande medida o panorama mundial segue dominado, ao menos formalmente, por diversos espécimes democráticos, um talvez mais insatisfatório do que o outro; cada um convivendo com suas idiossincrasias e, às vezes, com desvios pouco democráticos típicos; e todos demonstrando incapacidades similares de responder às demandas e expectativas de seus “clientes” (sem nos aprofundar na análise da viabilidade efetiva de tais demandas). Mas nenhum, ao que parece, ou ao menos a maioria, correndo riscos de grandes ou bruscas transformações institucionais. E menos por seus méritos intrínsecos do que pela carência de alternativas claras, viáveis, confiáveis, ou minimamente atraentes.

Seja como for, a possível sobrevida majoritária das atuais democracias no mundo não deve nos enganar a respeito das dimensões reais da crise atual do sistema.

Mesmo que não estejamos diante de riscos tão assustadores e conhecidos como os da experiência política de um século, isso não quer dizer necessariamente que o que vivenciamos agora se trate de mera crise política e institucional como no passado mais ou menos recente. E embora todos os elementos clássicos – déficits de governabilidade, de representatividade (que seja), ou de legitimidade – se mostrem presentes.

A crise parece maior, transnacional, e pode assumir proporções civilizatórias. Pois mesmo que não estejamos condenados, ou fortemente propensos a ter de lidar no futuro mais ou menos imediato com alguma coisa do gênero de nossos conhecidos pesadelos institucionais do passado, isso não impede que elementos constituintes do cotidiano sob

¹⁸ POGREBINSCHI, Thamy. Moving away from liberal democracy: participation, representation and political experimentalism in Brazil. In: *Ash Democracy Center Seminar*, Harvard, 2010, Cambridge, 2010, p. 1-32.

tais regimes detestáveis se multipliquem sob o marco democrático formal contemporâneo. Fenômenos conhecidos, mas sempre preocupantes como os da intolerância diante do outro, do racismo, da xenofobia, do desrespeito ao Estado de Direito e do recurso à violência, à intimidação e ao golpe como formas de promoção de interesses políticos, mais ou menos populares.

Estamos diante, portanto, de um processo complexo, em que se mesclam elementos antigos, arriscaríamos dizer, velhas patologias modernas e democráticas, em meio a condições de sociabilidade e reprodução da vida social rigorosamente inéditas.

Todas elas parecem já velhas conhecidas nossas. Mas há algo de profundamente obscuro e imprevisível no modo como interagem à nossa volta, gerando efeitos não previstos em todos os campos de atividade humana.

Segue abaixo uma tentativa pouco mais do que superficial de aproximação e uma aplicação destas linhas de interpretação a um caso concreto: o Brasil do golpe parlamentar de 2016.

O Brasil, as promessas da democratização e a crise da democracia

À primeira vista, a crise política brasileira atual, cujo ápice – ou começo? – se deu com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em meados de 2016, teria tudo para ser caracterizada como apenas mais um cansativo episódio de turbulência e alternância de poder ao arpejo da legalidade, como tantas outras na relativamente curta e decididamente atribulada trajetória das instituições republicanas brasileiras e latino-americanas. Uma liderança de esquerda, reeleita por pequena margem de votos, abandonada e traída por sua coalizão, vitimada por oposição intransigente e ávida por retomar o poder (depois de mais de uma década de jejum), em contexto de crise econômica e sufocada por escândalos midiáticos de corrupção e processos judiciais particularmente danosos à reputação de seu Partido dos Trabalhadores (PT), até então hegemônico; enfim, um roteiro relativamente conhecido de perda de sustentação política e erosão de popularidade, cujo desenlace previsível – tendo em conta a História política brasileira – seria o apeamento do poder, por métodos mais ou menos heterodoxos e legalmente discutíveis.

Cabe aqui, no entanto, a dúvida formulada acima. Mas, afinal: a crise brasileira culminou no impedimento de Dilma, ou, na verdade, começa justamente aí? Ou ainda: terá seu início real datado de muito antes

disso, sendo a deposição da presidente somente uma etapa – decisiva, por certo –, mas apenas parte de algo maior e mais complexo, ou profundo?

Distantes já quase dois anos da fatídica e drástica decisão das duas casas do Parlamento brasileiro, impedindo a continuidade do segundo mandato de Dilma, não tenho dúvidas em apostar na hipótese segundo a qual a crise política brasileira atual começa bem antes do *impeachment* e certamente há de superar os momentos em que escrevo e tornarei públicas as reflexões aqui contidas. Ou seja: os significados do golpe do *impeachment* – e também afirmo sem hesitação: tratou-se de um “golpe parlamentar”¹⁹ – vão muito além da mera usurpação de poder pelo vice-presidente Michel Temer, seus aliados e a coalizão parlamentar e extra-parlamentar que o apoiou desde então, assim como suas implicações, causas e consequências o ultrapassam tanto no tempo quanto no espaço.

Em primeiro lugar, a crise não pode ser compreendida inteiramente se não retornarmos brevemente ao contexto de promulgação da Constituição de 1988, ao destino do Governo Fernando Collor (1990-1992) – com o primeiro precedente de *impeachment* –, e às eleições de 1994, 1998 e 2002.

Ápice do lento processo de transição para a democracia, no bojo da superação da ditadura militar imposta ao país em 1964, a nova Carta Magna traduziu, em linhas gerais, os anseios mais ou menos difusos da sociedade brasileira pelo retorno a algumas de suas melhores tradições liberais e republicanas, já agora num contexto marcado por fortes demandas reprimidas de justiça social e, no plano específico das instituições políticas, urgente correção de desvios autoritários, impostos pelo regime de exceção agonizante, e de falhas de experiências mais democráticas anteriores. Foi assim que se redesenhou o pacto federativo, se restituíram importantes prerrogativas do Poder Legislativo, se atualizaram as ferramentas de iniciativa legislativa do Executivo, se aperfeiçoou o aparato de justiça – com ampliação das prerrogativas e da autonomia do Judiciário e, mais flagrantemente do Ministério Público –, se consagrou a plena liberdade de expressão e a ausência de censura, além de se ampliar as garantias fundamentais da cidadania e seus instrumentos.

Já no seu momento inicial de recepção, porém, a nova “constituição cidadã” seria acoimada de irrealista – por ser, a princípio, incapaz de tornar realidade suas prescrições de caráter social mais igualitário –, e

¹⁹ Na definição de Wanderley Guilherme dos Santos (*A democracia impedida: o Brasil no Século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017): “... um golpe de Estado com origem e sustentação parlamentares”, no qual “a inclusão de participantes fora do circuito parlamentar oficial não invalida a tese de que o comando de todo o processo permanece em mãos de parlamentares profissionais, com ou sem mandato eleitoral na ocasião” (p. 132).

o papel por ela reservado ao Estado, além de sua amplitude regulatória, objeto de críticas duras por setores conservadores e neoliberais.²⁰

No ano seguinte, o da primeira eleição direta para a presidência da República em quase três décadas, as naturais tensões ideológicas e o confronto de interesses substantivos liberados pela redemocratização vieram à tona, e agora, sob a nova égide constitucional, assistiu-se à emocionante disputa de dois projetos concorrentes para o encaminhamento da crise econômica que nos acompanhava desde o início dos anos 1980. Por relativamente pequena margem de votos, venceu afinal a plataforma que, não por acaso, mesclava um ideário neoliberal – e palatável ao *establishment* – com um popular discurso messiânico de combate à corrupção e de voluntarismo personalista para o combate à crise econômica então crônica.²¹

Não demorou muito para que o voluntarismo demonstrasse toda a sua incapacidade de lidar com a crise, e para que o combate messiânico da corrupção se voltasse contra o próprio herói da ocasião. E pela primeira vez na história republicana brasileira um processo de *impeachment* teve seu rito completo e findou com a deposição de um presidente eleito, acusado de corrupção. Sem choro nem vela.

A mesma agenda neoliberal seria pouco depois empalmada vitoriosamente por outra candidatura. Com maior eficiência, credibilidade e apoios dentro e fora do sistema partidário, dessa vez, contudo, o caminho ao poder foi construído mais solidamente a partir da resolução da crise e o controle, afinal, da inflação.²² E no bojo de tal sucesso, o do Plano Real, tal agenda avançou e obteve vitórias inauditas no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1999), do Partido da Social-Democracia Brasileira, (PSDB). Inclusive com a quebra de um tabu republicano de mais de cem anos e a introdução, pela primeira vez, do instituto da reeleição para os chefes do Executivo. Ao iniciar-se, porém, o tão desejado segundo mandato do reeleito FHC (1999-2003), a eclosão de nova crise econômica impôs um gosto amargo de vitória de Pirro aos (re)eleitos da hora, que já se julgavam destinados a permanecer no poder indefinidamente, e que, ao longo do novo termo, veriam seu

²⁰ Uma análise detalhada da Constituição, suas características, sua recepção e primeiras transformações se encontra em ARANTES, Rogério B.; COUTO, Cláudio G. ¿Constitución o políticas públicas? una evaluación de los años FHC. In: PALERMO, V. (Org.). *Política brasileña contemporánea: de Collor a Lula en años de transformación*. Buenos Aires: Instituto Di Tella/Siglo Veintiuno, 2003.

²¹ Sobre o messianismo na estratégia de Collor, ver OLIVEIRA, Francisco. *Collor: a falsificação da ira*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

²² Cf. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Economia simbólica, aprendizado político e institucionalização da mídia no Brasil. *Lusotopie*, Paris, p. 315-333, 2004.

projeto de continuidade se esfalçar, abrindo o flanco por onde haveriam de passar, finalmente, seus principais rivais.²³

Mesmo durante todo esse turbulento e intermitente predomínio da agenda neoliberal – cujos momentos de apogeu correspondem, grosso modo, somente ao primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1999)²⁴ –, a pressão vinda da esquerda se impôs. Se não exatamente em resultados eleitorais decisivos, como as disputas presidenciais, com certeza no crescimento eleitoral do PT, suas bases sociais, filiados e simpatizantes.²⁵ De tal modo que assim como trazia em seu nome – e em alguns de seus quadros e setores, à época – alguma identificação mais à esquerda, em nenhum momento as principais lideranças do não por acaso autodenominado Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), do sociólogo e ex-exilado FHC, se assumiram como neoliberais, ou aceitaram que seus governos, de 1995 a 2003, pudessem ser assim simplesmente qualificados.

Mas nada talvez demonstre melhor a relativa marginalização das forças de direita, após a redemocratização do que o fato de que desde a redemocratização,²⁶ quase ninguém se assumia publicamente no Brasil como sendo de “direita”, ou mesmo “conservador”. É óbvio que nunca faltaram partidos, quadros e lideranças claramente identificáveis como tal, e com posições rigorosamente congruentes com qualquer definição canônica das diferenças entre os espectros ideológicos. Mas não é curioso observar que ao longo do período democrático nossos principais partidos

²³ Palermo, op. cit. *Introducción*, p. 9.

²⁴ Já que embora Collor verbalizasse tópicos dessa agenda, a fragilidade de sua sustentação parlamentar, mas acima de tudo a turbulência política e econômica de seu curto mandato efetivo (1990-1992) pouco lhe permitiram fazer mais do que alinhar intenções. Quanto ao interregno Itamar Franco (1992-1995), que fora eleito vice de Collor, este foi marcado por grande instabilidade administrativa, pelas indecisões e idiossincrasias do novo presidente, só alcançando estabilidade em seu último ano (não por acaso o de implantação do Plano Real e, é claro, das eleições). Finalmente, como já sugerimos, o segundo mandato de FHC (1999-2003) não chegou nem perto da capacidade reformista do primeiro, marcado que foi o segundo por crises econômicas, administrativas e, principalmente, políticas.

²⁵ Não é pouco significativo que, mesmo perdendo as três primeiras eleições presidenciais, o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva tenha sido sempre o segundo colocado (no primeiro ou segundo turnos), tendo ainda algumas vezes liderado as pesquisas de intenção de votos. Há que se fazer referência também a outras forças de esquerda: no espectro partidário, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), de Leonel Brizola – que quase superou Lula no primeiro turno de 1989 e compôs sua chapa em 1998, como candidato a vice –, o Partido Socialista Brasileiro (PSB), liderado por Miguel Arraes – importante liderança do Nordeste – e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), entre outros. No plano social mais amplo, haveria que se mencionar pelo menos centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, no campo, forças como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

²⁶ E, arriscaria dizer: até 2013.

de direita se apresentaram ao eleitorado com nomes como Partido Democrático Social (PDS), depois chamado de Partido Progressista (PP), e cuja principal dissidência chamou-se de Partido da Frente Liberal (PFL), mais tarde rebatizado como Democratas (DEM)? E o que dizer do novo Partido Trabalhista Brasileiro (o PTB, pós-1979): alguém já teve alguma dúvida de seu lugar no nosso sistema? Ou seja, mesmo quando se sagravam vitoriosos eleitoralmente, ou quando implementavam seus projetos de lei e programas de governo, nem assim as forças neoliberais e/ou conservadoras se sentiam à vontade para deixar de cobrir suas iniciativas com ao menos um verniz de compromisso com a redução das desigualdades sociais e econômicas históricas.²⁷

Mas é com a vitória do PT em 2002 que a centro-esquerda torna-se claramente hegemônica e vai ganhar contornos ainda mais marcantes (e capazes de suscitar temores e reações contrárias ainda mais intensas).

Havia em muitos setores da sociedade brasileira, antes da chegada de Luis Inácio Lula da Silva e do PT à presidência, uma expectativa muito grande de que tal evento provocaria verdadeiros terremotos, ou desastres, na gestão do país, em especial no que se refere às políticas econômicas. E sem dúvida, tal fato foi explorado à exaustão ao longo da campanha eleitoral de 2002, tentando-se assim, mais uma vez, explorar uma imagem radical do partido e assustar o considerável contingente de eleitores mais moderados e/ou indecisos, para que nãosocialo apostasse suas fichas em Lula.²⁸ De tal modo que foi preciso ao candidato petista assumir de público – com a famosa *Carta aos brasileiros* – um claro e inequívoco compromisso com o respeito aos contratos e à manutenção das linhas gerais de estabilização macroeconômica e combate à inflação, legados pelo governo que findava então.

Se por um lado tal promessa de Lula foi por ele rigorosamente cumprida em seus dois mandatos presidenciais,²⁹ por outro a complementação de tal “ortodoxia” por uma série de outras políticas econômicas e sociais alteraram significativamente a fisionomia da

²⁷ De fato, é preciso reconhecer que em algumas áreas – como na Saúde, por exemplo – certas políticas públicas dos governos tucanos não podem ser qualificadas como neoliberais. E que em outros campos, como na política de direitos humanos e reparações às vítimas da ditadura militar, tais iniciativas suscitavam grandes resistências (que até hoje parecem reverberar em ataques a FHC por forças ultradireitistas). Hoje em dia, entretanto, parece que as últimas veleidades “social-democratas” do PSDB se perderam em meio a seus novos companheiros de viagem.

²⁸ E creio que não foi pequeno o impacto desse tipo de expectativa no agravamento do contexto econômico da época.

²⁹ E hoje a direita – e o que resta do “centro” – esquecem isso muito facilmente, enquanto que certas forças à esquerda não apenas não esquecem, como também fazem questão de não perdoar Lula pelo mesmo “pecado” (e ao que tudo indica, esquecendo também completamente o contexto específico da eleição de 2002).

sociedade brasileira. Pelo menos ao longo de cerca de uma década de administração petista (de 2003 a 2013), o país retomou o crescimento com distribuição de renda, aproximou-se do pleno emprego e da redução drástica da fome, ampliou significativamente sua autonomia em relação às agências e interesses econômicos internacionais, e pelo menos por algum tempo resistiu aos efeitos de nova crise globalizada (em 2008), tornando-se, inclusive, um caso de sucesso reconhecido e estudado por especialistas de todo o mundo.³⁰

Como era de se esperar, entretanto, nem todos os setores de nossa sociedade poderiam ficar inteiramente satisfeitos com as mudanças implicadas. Embora, a princípio, o crescimento econômico tendesse a beneficiar a todos, a mudança de mãos no controle aos principais acessos ao Estado,³¹ e o espetáculo de aumento sensível da mobilidade social ascensional dos antes excluídos não deixou de provocar reações e constrangimentos.³² Mesmo aqueles estruturalmente bem situados e que obviamente teriam de lucrar consideravelmente com a retomada do crescimento parecem ter se ressentido de ter de fazê-lo sob o *status quo* “lulopetista”. Não foram poucos os ataques a políticas como a Bolsa-Família, o micro-crédito facilitado, ou talvez ainda mais intensamente as cotas de ação afirmativa no ensino superior, ou o investimento pesado em novas universidades públicas e mecanismos de financiamento popular da educação privada. Negando qualquer sentido ou relevância estrutural a tais iniciativas – e a seus impactos na ampliação do mercado interno e no combate à desigualdade socioeconômica – os críticos (à esquerda e à direita) acoimaram tais medidas de inúteis, demagógicas, “assistencialistas”, e, é óbvio, eleitoreiras.

E aqui chegamos ao pecado mortal de tal administração: converter tais *policies* e seus resultados em sucessos eleitorais. Mesmo quando as recorrentes denúncias de corrupção envolvendo o PT e seus mais importantes quadros, dentro e fora do governo, começaram a dominar ininterrupta e inteiramente os noticiários e a agenda política nacional – especialmente a partir do caso do “mensalão”, no primeiro semestre de 2005 –, nem assim foi possível impedir a reeleição de Lula em 2006, ou

³⁰ Ver EAKIN, Marshall C. *The country of the present, or, leaving the future in the past*. In: NEEDELL, J. D. (Ed.). *Emergent Brazil: key perspectives on a new global power*. Gainesville: University Press of Florida, 2015.

³¹ Aparentemente a mais profunda a que se tem registro na História política brasileira; pelo menos entre as que foram processadas sem ruptura institucional.

³² Como os casos já clássicos de incômodo pelo novo acesso popular granjeado a espaços outrora exclusivos das classes médias e altas, como *shopping centers*, aeroportos e universidades, ou na redução de oferta de mão de obra – ou extensão de direitos trabalhistas – para subempregos tradicionais como os de empregadas domésticas.

as vitórias de sua sucessora, Dilma Rousseff, em 2010 e, apesar de tudo, em 2014.

Certamente, um dos elementos a preparar o terreno para a forte ressurgência da reação e da intolerância antipopular no Brasil contemporâneo foi a concomitância do sucesso eleitoral dos governos petistas, de Lula e Dilma, de um lado, com a exploração sistemática do flanco de corrupção aberto contra eles com o “mensalão” e sua cobertura midiática. Pois já em 2006, a nova vitória do líder petista, mesmo depois do bombardeio de três Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) – mobilizadas simultaneamente para investigar denúncias de compra de votos no Congresso pelo governo –, colocou em evidência outro “culpado” pela resiliência de Lula e seu partido (e, portanto, pelo que, segundo os críticos seria sua impunidade, diante das “evidências” do crime por eles cometido): a maioria do eleitorado brasileiro, que o reelegeu e ainda manteria seu partido “corrupto” no poder por mais dois mandatos.³³

Por isso, mais recentemente, porém, há que se destacar os marcos fundamentais dos anos de 2005, 2012, 2013 e 2014 (muito antes, portanto, do *impeachment*). Sem eles, torna-se impossível compreender a polarização e a radicalização política da qual o impedimento de Dilma foi, ao mesmo tempo, consequência e causa.

Denunciado em 2005, o escândalo do “mensalão” produziu resultados profundos e imediatos na vida política brasileira, mesmo não impedindo as vitórias petistas em 2006, 2010 e 2014. A exaustiva e tendenciosa cobertura midiática do escândalo e seus desdobramentos – em articulação direta com as CPIs estimuladas pelas forças opositoras – levaram a pesadas baixas no governo de Lula, com o envolvimento de importantes quadros do partido, e com a desorganização de sua base de sustentação parlamentar.

Mas talvez os efeitos maiores do processo se fizessem sentir na acirrada militância e no significativo contingente de simpatizantes petistas, terreno onde a agremiação sempre se singularizou, não somente no que diz respeito ao atual sistema partidário brasileiro, mas também em toda a nossa atribulada e relativamente problemática história de partidos. Durante décadas o PT foi líder incontestado e a rigor praticamente único em matéria de identificação popular partidária num país que sempre apresentou dificuldades para institucionalizar partidos efetivamente de

³³ Dado que os melhores desempenhos de Lula e do PT nas disputas a partir de 2006 se deram em colégios eleitorais do Nordeste do Brasil, região sabidamente mais pobre, passou-se a relacionar tais resultados positivos a efeitos de “compra” de votos pelo Bolsa-família (SOARES, G.A.D.; TERRON, S.L. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 2, p. 269-301, nov. 2008.

massa, com sólida capilaridade social. Por outro lado, em seu processo de formação, o PT sempre procurou diferenciar-se de outros não apenas por conta de suas formas de organização e mobilização militante, mas também atribuindo a si uma nova maneira de fazer política, sob o rótulo de ser o partido da “ética na política”. Ora, com a crise do “mensalão”, de um modo ou de outro essa imagem viu-se irremediavelmente comprometida. Flagrado em comportamento tido como ilícito, o “partido da ética na política” também foi vítima de seu purismo original e seu complexo de superioridade ética e moral.³⁴

E não apenas isso. Se logo no início do primeiro Governo Lula (2003-2007), o partido já enfrentou descontentamentos internos e à esquerda,³⁵ mesmo depois de obtido um segundo mandato para seu líder em 2006 o filão de escândalos (ou pseudo-escândalos) de corrupção no governo e na sua base de sustentação parlamentar – agora predominantemente formada pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB – seguiram atormentando o partido.³⁶

Mas foi somente em 2011 que o julgamento do “mensalão” chegou à mais alta instância da Justiça brasileira, o Supremo Tribunal Federal (STF). Durante quase um ano o país foi brindado com uma inédita e permanente cobertura televisiva das sessões judiciárias, em que decisivas – e perigosas – inovações processuais foram produzidas, num processo sistemático de espetacularização midiática, e no qual alguns dos mais altos magistrados da República foram incensados como celebridades e paladinos da justiça.³⁷ Tal como era previsto e desejado pelos principais patrocinadores do show judicial, o julgamento não somente puniu aqueles que a cobertura midiática já havia condenado de antemão, mas assim

³⁴ LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Mídia e democracia no Brasil: da “eterna vigilância” à “justa frustração”. In: GOULART, Jefferson O. (Org.). *Mídia e democracia*. São Paulo: Annablume, 2006.

³⁵ Por conta, exatamente, da manutenção das linhas gerais de controle inflacionário e reformas como a da Previdência Social, em 2003.

³⁶ De fato, o segundo mandato de Lula (2007-2011), embora popular e bem sucedido no plano econômico – mesmo com a nova crise mundial detonada em 2008, nos EUA – foi marcado, entre outras vicissitudes, por escândalos de corrupção envolvendo líderes aliados ao governo no Congresso, casos dos presidentes do Senado, os peemedebistas, Renan Calheiros e José Sarney (Sobre Renan, ver, por exemplo, *Portal G1*, 4 dez. 2007, disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL203841-5601,00-RENAN+RENUNCIA+A+PRESIDENCIA+DO+SENADO+PARA+EVITAR+PERDER+MANDATO.html>>, acesso em: 31 maio 2018; sobre Sarney, ver *Portal UOL*, 10 jun. 2009, disponível em <<https://noticias.uol.com.br/politica/escandalos-no-congresso/jose-sarney-tem-amigos-aliados-e-parentes-contratados-pelo-senado.htm>>, acesso em: 31 maio 2018).

³⁷ Caso, por exemplo, do relator do processo do “mensalão”, o juiz Joaquim Barbosa, que se notabilizou por seu rigor com os indiciados ligados ao PT (sobre as perigosas “inovações jurídicas” deste julgamento, ver SANTOS, op. cit., p. 159).

como da eclosão do escândalo original, em 2005, novamente obteve-se uma desgastante exposição das vicissitudes dos governos petistas. Já agora sob a nova direção de Dilma Rousseff, eleita em 2010.

Mesmo assim, ainda por um bom tempo a nova presidente seguiu gozando de elevados índices de popularidade.

De repente, porém, tudo mudou.

Vieram as chamadas jornadas de junho de 2013, com seu impressionante cortejo de mobilizações de massa pelo país, aglutinando grande variedade de manifestações e tendências políticas e ideológicas, mas com um claro denominador comum de rejeição à política institucionalizada e de repúdio, como se dizia à época, “a tudo isso que está aí”!³⁸

De par com a queda imediata e vertiginosa da popularidade da presidenta, alguns aspectos essenciais das jornadas devem ser destacados aqui: 1) em primeiro lugar a importância estratégica do novo poder de mobilização rápida e abrangente permitido pelas novas redes sociais digitais e pela massificação do acesso aos dispositivos móveis de comunicação (celulares e *smartphones*); ao contrário de outras grandes manifestações públicas do passado, foi possível agora arregimentar rapidamente grandes contingentes de manifestantes, muitas vezes sem qualquer necessidade de muita organização prévia, e, por isso, atraindo consideráveis levadas de neófitos políticos; 2) a oportunidade da concomitância das manifestações com a realização da Copa das Confederações, evento-teste para a Copa do Mundo de futebol, que seria realizada no Brasil no ano seguinte, e cujo “legado” em matéria de benfeitorias – infra-estruturais ou imaginárias – frustrou as expectativas da população, agregando ainda mais lenha à fogueira de insatisfações (já devidamente acirrada pelos escândalos de corrupção ininterruptamente midiáticos); 3) a corrida desenfreada – envolvendo as mídias tradicionais, os “intelectuais” de plantão, e lideranças políticas (ou candidatos a tais postos) – em torno da definição interpretativa mais adequada (e oportunista) sobre os significados históricos e políticos do evento;³⁹ 4) por último, mas não

³⁸ Como se sabe, as jornadas começaram com um protesto, em São Paulo, contra o aumento das passagens de ônibus, e seguiram o mesmo padrão de manifestações políticas que vinham ocorrendo então em várias partes do mundo, como na Turquia, um mês antes, mas também, pouco antes, na Espanha e nos Estados Unidos, entre outros lugares (para um relato praticamente simultâneo das jornadas, ver, por exemplo, LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Brazilian spring or Brazilian autumn? First impressions of the June days of 2013*. In: NEEDLELL, J.D. (Ed.). *Emergent Brazil: key perspectives on a new global power*. Gainesville: University Press of Florida, 2015).

³⁹ Um exemplo ilustrativo é a coletânea de artigos lançada pelo Infoglobo logo em seguida às jornadas de junho, sob o título *O Brasil nas ruas*. GODOY, Fernanda (Coord.). *O Brasil nas ruas*. Rio de Janeiro: Infoglobo, 2013.

menos importante, o (re)aparecimento inédito de muitas e novas vozes à direita do espectro político, em meios às manifestações e à reverberação dos seus sentidos mais conservadores ou reacionários, através das redes sociais e alguns editoriais da grande mídia.

E assim como surgiram e tomaram de assalto as consciências e atenções, também em seguida refluíram as ondas das jornadas, esvaziando-se a participação, e diluindo-se as demandas e palavras de ordem, quase só restando ao final o acirramento da violência de grupos menores e mais radicais, e, é claro, a repressão policial aos mesmos.

Mas como diz uma velha e bela canção brasileira, “nada será como antes”.

A partir da experiência das jornadas, o uso das redes para a mobilização e o alinhamento das forças políticas e ideológicas toma outro impulso e, amplia-se a autonomia relativa – se não mesmo o fosso – entre esses movimentos e as instituições e forças políticas mais tradicionais.

Assim chegamos, por fim, às eleições de 2014, já em contexto de crises econômica,⁴⁰ política e institucional, na campanha mais acirrada e imprevisível desde o pleito inaugural da redemocratização, em 1989. E como se não bastassem todos os eventos precedentes, um novo escândalo de corrupção iria turvar ainda mais as águas revoltas da política brasileira: a chamada Operação Lava Jato. Uma investigação envolvendo a Justiça e o Ministério Público do estado do Paraná, e a Polícia Federal, e que se tornou conhecida ao revelar grandes esquemas de corrupção na empresa estatal brasileira de petróleo, a Petrobrás, mas que em seguida evoluiu para o indiciamento de empresários e políticos em vários outros setores de grande relevância econômica e célebres traficâncias entre as esferas do Público e do Privado no Brasil. E é claro que, mais uma vez, toda a ênfase negativa da cobertura jornalística dos principais veículos do país, favorecida pelo caráter flagrantemente parcial e partidário das diligências levadas a cabo pelos agentes do sistema de justiça, teve como alvo principal o PT, seus governos e lideranças.⁴¹

⁴⁰ A rigor, desde a eclosão da crise de 2008, nos EUA, seguiram em paralelo as expectativas negativas com relação à sua repercussão no Brasil e a aposta de que, finalmente, se poderia atingir a popularidade das administrações petistas com base na piora dos indicadores macroeconômicos e na sistemática atribuição das mazelas consequentes à gestão econômica do governo.

⁴¹ Entre outros nomes menos ilustres do partido, Dilma foi atingida pessoalmente no bojo das investigações sobre suposta improbidade no caso da compra pela Petrobrás de uma refinaria em Pasadena, nos EUA. Já Lula acabaria envolvido e denunciado nos desdobramentos das investigações que passaram a se centrar na participação de grandes empreiteiras.

Mesmo assim, o PT saiu-se vitorioso em mais um pleito presidencial e Dilma obteve um segundo mandato, vencendo no segundo turno a Aécio Neves, candidato pelo PSDB, como de hábito.

Ela ganhou, mas não levou.

Nem bem apuradas as urnas e logo teve início o que se pode chamar de “terceiro turno”: não apenas a contestação dos resultados, mas até mesmo, já, demandas por *impeachment*. E muito antes que surgisse qualquer elemento, ou argumento jurídico, capaz de dar ensejo a tal processo radical – mas legalmente previsto – de deposição de um presidente eleito.

Como se sabe, foi apenas uma questão de tempo.

Se de início, Dilma foi sistematicamente acuada e sabotada desde o primeiro dia de seu novo mandato – e não se pode negar que, diante de tanta adversidade, também tenha cometido seus erros – em pouco tempo as oposições golpistas, dentro e fora do Parlamento encontraram – melhor seria dizer, produziram – a evidência que precisavam para revestir de verniz legal a deposição que abertamente encamparam desde o veredicto das urnas em outubro de 2014.⁴²

Em abril de 2016 a Câmara dos Deputados votou pela abertura do processo de *impeachment*, com o afastamento da presidente e sua substituição provisória pelo vice, Michel Temer, e cerca de quatro meses depois a outra casa, o Senado, confirmou o desenlace da trama. Tão ou mais grave do que o processo em si – com suas chicanas, traições e cínicas manifestações de suposta “*realpolitik*”⁴³ – foi, porém, o rumo tomado pelo novo governo, tanto em sua composição quanto em sua agenda: em sentido diametralmente oposto ao que mantivera a chapa PT/PMDB no poder nas eleições de 2014.

⁴² Não cabe aqui detalhar todos os passos desta crônica de um golpe anunciado. Destaca apenas a mobilização popular e o apoio ao *impeachment* de setores do empresariado – como a Federação das Indústrias de São Paulo, a FIESP, desde o início do segundo mandato de Dilma; a ação deliberada do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, contra ela; e, finalmente, a traição de seu vice, Michel Temer e, conseqüentemente, do principal partido aliado do PT, o PMDB, na reta final do processo, antes do primeiro veredicto das Casas do Congresso.

⁴³ Tamanha a desfaçatez do golpe que muitos parlamentares reconheceram de público que não havia base jurídica que sustentasse o *impeachment*, mas que mesmo assim votavam a favor dele por não reconhecerem mais qualquer saída política para Dilma (foi o caso da Senadora Rose de Freitas, então líder do governo interino de Michel Temer – pós-abertura do processo de *impeachment*; DIAS, Marina. Líder do governo rejeita pedaladas e defesa de Dilma usará fala em processos. Folha de S.Paulo, São Paulo, 25 jun. 2016, Caderno Poder, s/p, disponível no Portal da Folha de S.Paulo <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1785666-lider-do-governo-rejeita-pedaladas-e-defesa-de-dilma-usara-fala-em-processo.shtml>>, acesso em: 31 maio 2018).

Se quiséssemos então resumi-lo em poucas palavras, ou variáveis decisivas, o golpe parlamentar de 2016 pode ser explicado pelos seguintes fatores intervenientes e mais imediatos principais:

1) Uma campanha midiática sistemática de desconstrução da imagem do partido brasileiro hegemônico nas primeiras décadas do Século XXI, com base em enquadramentos tendenciosos igualmente sistemáticos de denúncias de corrupção exploradas à exaustão, e que, iniciadas, em 2005, ganharam novo impulso, contudo, a partir de 2011, com o exaustivo show judiciário do julgamento do “mensalão” no STF, e, pouco depois, com o novo espetáculo inquisitorial da Operação Lava Jato.

2) Intervencionismo político partidário, corporativo e demagógico de setores chaves do Sistema de Justiça – membros do Poder Judiciário e do Ministério Público – e da Polícia Federal, ao arripio da Constituição de 1988, suas garantias fundamentais e do Estado de Direito no Brasil.

3) Uma segunda campanha de propaganda negativa, dessa vez da economia brasileira, pós-crise de 2008, patrocinada por entidades patronais e encampada pela grande mídia, que literalmente apostaram na piora dos indicadores econômicos como meio de desgaste da popularidade e do apelo eleitoral do governo petista.

4) A mobilização política e proto-partidária de grupos conservadores e reacionários, em especial via redes sociais digitais, mas também em manifestações de rua e tráfico de argumentos e *leitmotifs* com “intelectuais orgânicos” de direita, e “celebridades” midiáticas (novas ou velhas).⁴⁴

5) Indecisões, eventuais erros estratégicos e escolhas infelizes do partido hegemônico e suas lideranças principais, sob fogo cruzado crescente.

6) Oportunismo político generalizado de atores menores do sistema político, cooptados e realinhados pela intransigência oposicionista golpista e pelas traições de aliados próximos ao governo sitiado, movimento que se traduziu afinal em manipulação de mecanismos institucionais “legais” de deposição.

7) Considerável apoio popular difuso, mas eloquente, através de sondagens representativas e manifestações informais significativas.

⁴⁴ A título de mera ilustração, basta listar os títulos de coletâneas de textos de alguns destes “intelectuais orgânicos”, publicados entre o “mensalão” e o *impeachment*: *O país dos petralhas* (Rio de Janeiro, Record, 2009), de Reinaldo Azevedo; *Lula é minha anta* (Rio de Janeiro, Record, 2007), de Diogo Mainardi; *Estrela cadente: as contradições e trapalhadas do PT* (São Paulo, Soler, 2005) e *Esquerda caviar* (Rio de Janeiro, Record, 2013), de Rodrigo Constantino; *O lulismo no poder* (Rio de Janeiro, Record, 2010), de Merval Pereira; *Década perdida: dez anos de PT no poder* (Rio de Janeiro, Record, 2013), de Marco Antônio Villa.

Se, por um lado, a maioria desses fatores intervenientes não parece diferir muito dos que se poderia encontrar em outras crises – e golpes – semelhantes, tanto na história republicana brasileira, quanto algures, ao menos dois deles apresentam características que arriscaria dizer praticamente inéditas. São eles a nova forma de intervenção político-partidária do Sistema de Justiça e a mobilização popular via redes digitais.

Não cabe aqui explorar com a necessária atenção esses dois decisivos processos.⁴⁵ Apenas sugerir o quanto ambos os processos podem se não exatamente se alimentar mútua e diretamente, ao menos fazer parte de um mesmo e maior contexto de mobilizações e intervenções políticas moralistas e potencialmente desestabilizadoras.

Ou seja: cada um ao seu modo particular atua e interage com o outro – e com outras instâncias – naquilo que poderíamos chamar de contexto geral de uma economia política da radicalização política.

A título de conclusão: a economia política da radicalização

Guardadas, portanto, as devidas especificidades históricas, institucionais e socioculturais do contexto brasileiro, ressaltam também as similitudes com o que vem ocorrendo hoje em outros cenários nacionais.

Mesmo levando-se em conta a possível feição tipicamente brasileira assumida pelos processos de “judicialização da política” – que muitas vezes me parece mais “politização da justiça” – e de mobilização social reacionária, via redes, ambos – e também a recorrência da exploração do tema da corrupção – se alimentam e por sua vez reproduzem os processos de erosão do consentimento e da legitimação da democracia. E, embora no caso do Sistema de Justiça esta ação possa parecer conforme à obediência devida às decisões judiciais em respeito ao Estado de Direito, os efeitos reprodutores de aquiescência, nesse caso, são de longe suplantados negativamente pelo desrespeito a garantias fundamentais – como a presunção de inocência – e pela insegurança jurídica consequente. Além de tudo isso, a Lei e seus ritos não parecem valer para todos; ou seja, tem-se a clara impressão de que há pelos menos dois pesos e duas medidas em

⁴⁵ Há vasta literatura sobre o tema da “judicialização da política”. Também o tema da mobilização via redes vem recebendo atenção crescente de inúmeros pesquisadores. Ver, por exemplo, para o primeiro caso, ARANTES, R. *Constitutionalism, the expansion of Justice and the Judicialization of Politics in Brazil*. In: SIEDER, R.; SCHJOLDEN, L.; ANGELL, A. (Ed.). *The judicialization of politics in Latin America*. New York: Palgrave Macmillan, 2005, e para o segundo, MARTUCCELLI, D. *Esfera pública, movimentos sociais e juventude*. In: SORJ, B.; FAUSTO, S. (Org.). *Internet e mobilizações sociais: transformações do espaço público e da sociedade civil*. São Paulo: KAS/Plataforma Democrática, 2015.

ação aqui, com o que se apresenta cada vez mais como uma inequívoca partidarização dos operadores jurídicos e policiais.

De modo semelhante, a desconstrução – e até mesmo a demonização – dos quadros, militantes e simpatizantes do PT, mas também de muitos outros grupos atuantes em defesa de causas que, de um modo ou de outro, são associadas ao partido ou a seus governos, em particular, e às forças de esquerda, em geral, no país – como feministas, grupos LGBTs, negros, índios, minorias, sindicalistas, trabalhadores sem terra, sem teto, e outros defensores dos direitos humanos, etc. –, levada a cabo por grupos reacionários, acaba por (re)estabelecer clivagens ideológicas que reforçam antagonismos radicais e cada vez mais violentos e intolerantes (com ou sem tonalidades religiosas). Não é à toa que depois de tantos anos após a ditadura militar e a queda do muro de Berlim se volte a utilizar a designação “comunista” como forma de agressão e estigmatização genérica (como é da velha tradição golpista brasileira).⁴⁶

Por outro lado, também o paradoxo da demanda simultânea por mais ou melhor ação governamental, de par com a simultânea deslegitimação da mesma, se apresentou aqui sem maiores dificuldades na exploração tendenciosa do noticiário econômico pós-2008. Tratou-se, mais uma vez, de uma aposta deliberada na deterioração dos indicadores e expectativas econômicas, no sentido claro de minar o que parecia ser um dos componentes centrais da popularidade do governo petista a ser derrotado (nas urnas, ou via golpe). O outro componente a ser desconstruído era o das políticas redistributivas; mas aqui se recorreu, como sempre, ao velho arsenal elitista e preconceituoso da crítica ao “populismo”, ao “assistencialismo”, à suposta “compra” do voto popular por meio de práticas “demagógicas”.⁴⁷

Por fim, e curiosamente, a relativa prosperidade alcançada em cerca de uma década de governos petistas, traduzida em retomada do crescimento com distribuição de renda, redução drástica do desemprego, recomposição dos salários e acesso democratizado a bens de consumo – como os estratégicos *smartphones* que são indispensáveis à vida e à mobilização de uma enorme massa de consumidores no Brasil de hoje, de quase todas as classes e regiões – não parece ter sido o suficiente ainda para fazer a nossa renda per capita atingir os necessários patamares

⁴⁶ Basta lembrar do papel estratégico da “ameaça comunista” como pretexto para os dois principais golpes militares no Brasil do século XX: o do Estado Novo, em 1937, e o de 31 de março de 1964 (ABREU, A. et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós-30*. Rio de Janeiro: Cpdoc/Editora FGV, 2001).

⁴⁷ Uma ótima análise histórica do problemático conceito de “populismo” é a de Ângela de Castro Gomes (*O populismo e as Ciências Sociais no Brasil*. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 31-58, 1996).

de “imunidade democrática”. De modos que a reversão da atmosfera econômica – saudada afinal pelas oposições –, há coisa de cinco anos, parece ter tido um efeito ainda mais pernicioso do que se não tivesse sido, antes, precedida pelo crescimento. Na verdade, é a manutenção da desigualdade econômica brasileira secular, com os igualmente seculares preconceitos escravagistas e o horror que a mobilidade social inflige às classes médias que tornam qualquer evolução econômica efetiva um fator de instabilidade e potencial ameaça ao *status quo* de diferentes e importantes classes e setores da democracia. Acirra-se assim a tensão entre de um lado a minoria que concentra em suas mãos a maior parte da renda nacional; de outro, a maioria esmagadora, vivendo com pouco mais de um salário mínimo, mas ao mesmo tempo detentora do maior quinhão da moeda política essencial: o voto. E, no meio, as classes médias, angustiadas entre as promessas pouco críveis da ascensão social, e a insegurança socioeconômica e física diante das flutuações econômicas e das variações nos índices de violência urbana e rural.

Certamente o contexto econômico global contemporâneo constringe estrutural e inapelavelmente a margem de manobra de governos nacionais minimamente comprometidos com a defesa de suas soberanias, com o controle de suas economias e com o combate a seus principais problemas sociais. Mas o que assistimos hoje não se trata, em vários pontos do planeta, “apenas” de um conflito (re)distributivo, ocasionado por condicionantes especificamente perversas da globalização – como a volatilidade e mobilidade do capital e dos investimentos, as crises econômicas transnacionais, as migrações e a ampliação das desigualdades em escala planetária – nem de mero efeito de mais ou menos misteriosas – ou escancaradas – conspiratas internacionais.⁴⁸

Tudo se agrava por conta da deslegitimação de quaisquer utopias mais ou menos transcendentais, que pudessem, ainda, apelar para qualquer forma de comunalidade e de mecanismo institucional universalista, capazes de se contrapor à pura luta predatória ou reacionária de interesses em competição, ou de identidades mutuamente excludentes. E conquanto tal processo de deslegitimação não seja propriamente novo – vem se desenrolando há muito – ele se vê particularmente agravado pela atual revolução tecnológica e comunicacional, e pelo acirramento exponencial e autossubversivo do panóptico; quer dizer, da exposição recorrente das mazelas envolvendo o tráfico de poder, influência e recursos mais ou menos escassos entre o Público e o Privado, em praticamente todas as democracias do mundo.⁴⁹

⁴⁸ Que assim como *las brujas*, certamente *las hay...*

⁴⁹ LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Comunicação, opacidade e crise política (ou, Mitologias: eu quero uma pra viver!). In: NAPOLITANO, C. J.; VICENTE, M. M.;

Tal como sucedeu no passado, em contextos anteriores de revolução tecnológica e informacional,⁵⁰ a atual universalização e a multiplicação frenética de vozes e expressões permitidas e estimuladas pela expansão da Rede em todas as direções, também estabelecem novos patamares e sentidos para o ceticismo contemporâneo. Para cada signo expresso ou evento relatado há sempre uma multiplicidade de versões e contraversões. Se, por um lado, isso deveria tornar problemático qualquer exclusivismo ideológico mais dogmático – e certamente isso acontece –, por outro lado, a incerteza e a insegurança assim amplificadas acabam por reforçar ainda mais o apelo de vínculos sociais e culturais mais ou menos primários, sejam esses de classe, gênero, religiosidade, comunidade, etnia, raça, etc.⁵¹

Some-se a esse quadro o efeito potencialmente segregacionista dos algoritmos de inteligência artificial que tendem a selecionar e a oferecer ao consumidor da Rede cada vez mais do mesmo, e não é tão difícil compreender como num mundo tão inseguro, tão constrangedor, e tão ceticamente – ou cinicamente – desprovido de utopia, seja tão forte o velho apelo de identidades básicas – ou simploriamente simplificadas – que, a partir da negação ou demonização de um “outro”, prometem ao indivíduo alguma forma de pertencimento, algum tipo de identificação com um grupo maior e mais concreto, que o acolha e proteja. Algo mais palpável e imediato, portanto, do que qualquer dignidade democrática genérica ou autonomia liberal vaga, porém atomizada e anômica.

Assim, ressurgem de novas maneiras, e eventualmente com novos objetos de repulsa – ou bodes expiatórios – a velha negatividade congênita do fascismo. Agora, contudo, sem uma clara ideologia e projeto institucionalizante, talvez até sem partido. Em versão brasileira atual, pelo menos, tudo parece levar a crer que – tal como sucede com algumas variantes opostas de extrema esquerda – as florescências fascistas tupiniquins cultivam o espontaneísmo da mobilização popular sem mediações, desconfiam dos partidos e do *establishment*, e, no máximo – mas sintomaticamente – apostam em seus “intelectuais orgânicos” ou

SOARES, M. C. (Org.). *Comunicação e cidadania política*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2017.

⁵⁰ Refiro-me aqui, por exemplo, aos efeitos não previstos da revolução gutenberguiana, com a difusão das novas técnicas de impressão e a criação de um mercado para impressos, e seu impacto sobre a alfabetização e o acesso potencializado à leitura e à livre interpretação dos textos canônicos, gerando não só infinitas possibilidades de interpretação, mas também, conseqüentemente, novas formas de ceticismo e insegurança hermenêutica (Cf. BURKE, P.; BRIGGS, A. *Uma história social da mídia*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004 e BARBIER, F. *A Europa de Gutenberg: o livro e a invenção da modernidade ocidental (Séculos XIII-XVI)*. São Paulo: Edusp, 2018).

⁵¹ Cf. BAUMAN, Z. *Comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011 e WALZER, M. *Política e paixão: rumo a um liberalismo mais igualitário*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

celebridades polêmicas, ambos política e orgulhosamente incorretos, e, principalmente, em novos, solitários e autoritários paladinos da justiça, que assumam de público nem tanto a defesa de suas ideias – quando as há – mas sim a pura e simples repulsa raivosa de algum “outro” que sumarie, ou sintetize, ou ainda melhor, canalize seus ódios e ressentimentos.⁵²

Mas também aqui se apresenta o que parece ser a diferença fundamental entre os fascismos de ontem e hoje: justamente a ausência, agora, de qualquer positividade – ou proposta concreta alternativa, para além da negação de “tudo isso que está aí” – a qual marcou a experiência original do fascismo há cem anos.⁵³

Sem dúvida, não nos move aqui qualquer nostalgia ou desejo de maior concretude e consistência para tal tipo de fenômeno ideológico. Muito pelo contrário. Como já disse, pode ser justamente essa relativa ausência de positividade propositiva e institucional o que (ainda) permite maior sobrevida às democracias contemporâneas, mesmo que sabidamente problemáticas.

Mas independentemente de como poderão evoluir as formas atuais de fascismo, no Brasil e algures, não há como deixar de se preocupar com o quanto o contexto atual de radicalização e polarização política pode comprometer irremediavelmente o chamado equilíbrio poliárquico dahlsiano: aquele em que a poliarquia se mantém porque os custos de tolerância entre adversários políticos não suplantam os custos de supressão entre os mesmos.

Já que, como vimos anteriormente, em linhas gerais, a crise brasileira atual representa claramente um processo de radicalização política estimulada, sem dúvida, por uma ampliação considerável da democratização – no sentido rigorosamente poliárquico de aumento exponencial da participação e da competição políticas –, mas também, ou por isso mesmo, acirrada por oportunismos ativados via denunciamento e histeria moralista, além de reações a avanços significativos na mobilidade social. No contexto geral de deslegitimação das instituições democráticas,

⁵² A única referência institucional mais concreta que parece alimentar a imaginação neo ou profascista brasileira, hoje, é uma nostalgia inconsistente e historicamente desinformada direcionada exatamente à ditadura militar de 1964-1985, como se esta tivesse sido alguma era de ouro de prosperidade e isenta de corrupção.

⁵³ É claro que esse tipo de negatividade também se manifesta exatamente do outro lado do espectro ideológico, na extrema esquerda. Para não repetir o velho chavão – não necessariamente infundado – do cruzamento, ou similitudes (antidemocráticas e antiliberais) entre os extremos, cabe apenas, por enquanto, chamar a atenção para o caráter igualmente ressentido e praticamente desprovido de conteúdo utópico e propositivo nas atuais manifestações de inconformismo político de extrema esquerda. O tema certamente é importante e se relaciona diretamente com nosso assunto, mas terá de esperar outra oportunidade.

entre outras espécies antidemocráticas, vicejou vigorosamente também uma nova versão de fascismo tupiniquim, cujo traço característico parece ser o de aglutinar várias vertentes de reacionarismo sem apresentar, contudo, um real ou consistente projeto alternativo de ordem política, que não a exposição pública de velhos preconceitos e novas intolerâncias.

Enquanto não se alterarem as condições gerais da atual crise de legitimação da democracia, e o estágio atual de consistência ideológica e programática das principais alternativas a ela – e hoje apostaria timidamente em ambas as continuidades – alguma sobrevida pode restar ao regime poliárquico. E especialmente onde as forças – apesar de tudo – ainda comprometidas com a democracia forem capazes de resistir.

Recebido em: 28 de julho de 2018.

Aceito em: 15 de agosto de 2018.